



DECISÃO

Delano Parentes está preso desde outubro do ano passado



André Nascimento/O DIAS

## Supremo Tribunal Federal mantém prisão de ex-prefeito de Redenção do Gurgueia

O Supremo Tribunal Federal (STF) negou o pedido de habeas corpus da prisão preventiva do ex-prefeito de Redenção do Gurgueia. Delano Parente (PP) é acusado de comandar associação criminosa destinada a fraudar licitações no município e foi preso em outubro do ano passado. Na ocasião, outras 13 pessoas também foram detidas.

O ministro Dias Toffoli, que é relator do processo no Supremo, entendeu que a custódia cautelar do ex-prefeito foi devidamente fundamentada em sua real periculosidade

para a ordem pública. Assim, não há ilegalidade que justifique a concessão da liberdade, tendo em vista a gravidade dos crimes supostamente cometidos por Delano.

A acusação contra o ex-prefeito aponta prática dos crimes de fraude à licitação, lavagem de dinheiro e corrupção de forma reiterada entre os anos de 2013, 2014 e 2015. Delano Parente é considerado o principal líder do esquema desarticulado na Operação Déspota, em julho passado.

O entendimento da Procuradoria Geral da República

(PGR) também foi no sentido de negar o pedido. O parecer cita a fundamentação adotada pelo desembargador do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) que impôs a prisão preventiva, apontando a evidência de haver organização criminosa integrada por secretários, servidores, empresários e advogados, sendo necessária a prisão a fim de se evitar a continuação das práticas delitivas.

As investigações do Ministério Público do Estado apontam que a quadrilha teria desviado cerca de R\$ 17 milhões dos cofres públicos. Ele teve

ainda a prestação de contas referente a 2013 julgada irregular por unanimidade pela 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI).

(Ithyara Borges)

**Delano Parentes é acusado de comandar crimes de fraudes em licitações**

### **Agespisa, bomba!**

Já está com o Ministério Público de Contas o relatório produzido pela Diretoria de Fiscalização de Obras do TCE sobre a subconcessão do serviço de abastecimento d'água e de esgotamento sanitário da Agespisa. E o resultado aponta para um novo ganhador.

### **A perdedora**

Segundo o relatório, de 24 páginas, a Aegea, apontada inicialmente como vencedora pela comissão de licitação estadual, deve tomar outro rumo, porque quem deve levar essa é a Águas do Brasil, a perdedora, nas contas da Viviane Moura.

### **Dados técnicos**

A diretoria técnica do TCE entendeu que o atestado técnico apresentado pela Aegea não guarda proporcionalidade com o objeto da licitação. Trocando em miúdos: eles não levam em conta o atestado relacionado ao trabalho da Aegea na cidade de Santa Carmem para apenas 4 mil habitantes na proporção da população de Teresina.

# DIÁRIO

DO POVO DO PIAUÍ

## Drible da Vaca dos prefeitos no Tribunal de Contas

Rapaz, os prefeitos dos currais eleitorais dos grandes sertões e veredas do Piauí tentaram aplicar o drible da vaca no Tribunal de Contas do Piauí, mas, ô coitados, dançaram debaixo do boi.

Vamos ao fato dos fatos. É o seguinte: logo após as eleições municipais, esses jogadores do time do presidente da APPM, o Gil Carlos, decretaram - com urgência urgentíssima - Emergência em seus municípios.

Tal ato foi uma retaliação contra o presidente do TCE, o Ola-

vo Rebelo. É que ele, ao ser eleito, afirmou que iria ficar de olho (com uma lupa potente!) nos contratos das licitações municipais.

Aí alguns gestores - mais de 70 - baixaram decretos de Emergência. Isso garantiria a eles, olha que espetinhos, o poder de realizar licitações sem o crivo técnico do Tribunal de Contas do Estado.

Bem, Olavo e seu blues claps conselheiros do TCE enviaram equipes para fiscalizar tais decretos de emergência. E foi constatado que todos, eu disse TODOS, estavam viciados

E, acreditem, depois disso, alguns prefeitos ainda tiveram a coragem, quase escrevo "cara-de-pau", de (mesmo com o veto do TCE) querer realizar festas de carnaval com dinheiro público.

Por isso, senhores prefeitos dos currais eleitorais dos grandes sertões e veredas do Piauí saibam que, como essa, em quaisquer outras tentativas de aplicar mais dribles da vaca no Tribunal de Contas do Piauí, Vossas Excelências, vocês todos vão dançar debaixo do boi.

# Relatório da Diretoria de Fiscalização do TCE aponta novo vencedor da licitação da Agespisa

O relatório, de 27 laudas, está disponibilizado no site do Tribunal de Contas do Estado

Por Rayanna Mousinho | 9 de Fevereiro de 2017, 07:33



O relatório da Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de engenharia do Tribunal de Contas do Estado emitiu seu parecer sobre as denúncias de supostas irregularidades no processo de licitação para a subconcessão dos serviços da Agespisa em Teresina e, aparentemente, recomenda a suspensão dos atestados técnicos, indicando alteração no resultado final da licitação em que saiu vencedora a Aegea.



Caso o Tribunal Pleno do TCE aceite o parecer a segunda colocada no certame, Águas do Brasil deverá ser considerada a vencedora do processo licitatório.

A análise da denúncia apresentada pelo grupo Águas do Brasil finalizada no dia seis de fevereiro indica que é "prudente que haja nova apreciação das razões recurso acerca do Resultado da Proposta Técnica". Para os técnicos há incompatibilidade no atestado do município de Santa Carmem apresentado pela Aegea.

"Um atestado técnico para um sistema que atende cerca de 4 mil habitantes (0,5% da população de Teresina) se presta para avaliação de qualquer tipo de parâmetro exigido na proposta técnica?", indaga.

Os técnicos dão como exemplo: "Uma empresa pode edificar uma casa. Mas ela estará apta para, em termos de gestão e de coordenação de pessoal e equipamentos (logística) a executar um loteamento com cinco mil casas?... a quantidade medida na construção de uma casa seria a mesma para a construção de cinco mil casas?"

Ainda no relatório os técnicos concluem que o atestado referente ao Município de Santa Carmem, apresentado pela empresa vencedora, seja desconsiderado para fins de pontuação técnica por não possuir correlação com o objeto da subconcessão e não apresentar a vantagem técnica buscada na licitação.

O relatório, de 27 laudas, está disponibilizado no site do Tribunal de Contas do Estado e foi encaminhado para parecer do Ministério Público de Contas.

### **Entenda o caso**

De acordo com a denúncia apresentada pelo Grupo Águas do Brasil ao Tribunal de Contas do Estado, o edital para a subconcessão na Agespisa pedia a apresentação de um atestado técnico que comprovasse a experiência da licitante na gestão e controle de perdas em sistemas de abastecimento de água com nível de perda global de água igual ou menor a 25%.

Segundo o edital, o critério seria avaliado por meio da apresentação de "atestado técnico". A Águas do Brasil, apresentou o relatório referente ao município de Petrópolis no Rio de Janeiro, onde opera. Mas a Comissão não o levou em conta preferindo as informações contidas no Serviço Nacional de Informações de Saneamento (SNIS), onde as perdas do referido município chegam a 32,01%.

A irregularidade, segundo o diretor João Luiz Siqueira Queiroz, teria acontecido nesse critério, já que para as demais, (Consórcio Poti e Aegea), a comissão utilizou apenas o atestado de perdas fornecidos pelas licitantes.

Pela mesma metodologia empregada pela Comissão, com base no SNIS, para chegar ao indicador a que chegou para Petrópolis (32,01%), a Comissão chegaria, respectivamente, aos indicadores de perda de 28,48% para o atestado de Campo Grande (Aegea) e 31,61% para o atestado de Santa Carmém. Todas com perdas superiores aos 25% pedidos no edital. Para o diretor da Águas do Brasil a comissão aplicou 'dois pesos e duas medidas' no critério de julgamento.

# Gestores municipais buscam parceria com a Escola de Gestão e Controle do TCE-PI

Parceria vai ajudar no treinamento e capacitação dos servidores municipais

08/02/2017 - Atualizado em: 08/02/2017, 15:06

Publicado por: Salomão Prado Editado por: Salomão Prado



Os servidores municipais poderão, em breve, ter acesso aos cursos ofertados pela Escola de Gestão e Controle do Tribunal de Contas do Piauí (TCE-PI). A parceria com o órgão está sendo discutida com a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos (Sema), cujos gestores, Manoel de Moura Neto e Francisco Canindé, estiveram reunidos hoje (8) com o presidente do TCE-PI, conselheiro Olavo Rebelo.

“A Escola do Tribunal de Contas do Piauí tem uma grade de cursos muito interessante e que vai auxiliar no treinamento e capacitação dos nossos servidores. A receptividade do conselheiro Olavo Rebelo foi muito boa e agora vamos afinar os detalhes com a equipe técnica, tanto do TCE, quanto da Sema”, afirma Moura Neto.

Por sua vez, o presidente do TCE-PI destacou que tem todo interesse em firmar esta parceria. “Nós oferecemos diversos cursos que podem capacitar ainda mais os gestores, servidores e até mesmo os professores de Teresina, pois temos, inclusive, cursos de especialização. Nossa estrutura está à disposição da Prefeitura”, completa Olavo Rebelo.

Com a parceria, a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos visa continuar contribuindo para a melhoria da gestão pública, tendo em vista que a qualificação dos servidores reflete diretamente na qualidade e nos resultados dos serviços prestados em prol do desenvolvimento de Teresina.

Link: <http://www.oitomeia.com.br/noticias/2017/02/08/gestores-municipais-buscam-parceria-com-a-escola-de-gestao-e-controle-do-tce-pi/>

# Águas do Brasil pode ser a vencedora da licitação da Agespisa

Por: Juliana Gomes Enviada em: 09/02/2017



Relatório da Diretoria de Fiscalização do TCE recomenda a suspensão dos atestados técnicos. Águas do Brasil apontou irregularidades nos atestados da Aegea.

O processo de licitação para a **subconcessão** dos serviços da **Agespisa** em Teresina é disputado pelas empresas **Aegea**, do Mato Grosso do Sul e **Águas do Brasil**, do Rio de Janeiro. O **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** emitiu no relatório da **Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia** do órgão, seu parecer sobre as **denúncias** de supostas **irregularidades** no processo de licitação. No documento recomenda-se a **suspensão** dos atestados técnicos, o que causou **alteração** no **resultado final da licitação na qual saiu como vencedora a empresa Aegea**.

Se o Tribunal de Contas aceitar o parecer do relatório, a empresa ganhadora passará a ser a **Águas do Brasil** que apresentou denúncias no dia seis de fevereiro sobre os atestados técnicos feitos pela Aegea.

De acordo com a empresa **Águas do Brasil**, o órgão considera que "o julgamento feito pela Comissão Especial de Licitação feriu disposições legais e, em decorrência seria lesivo ao Erário, à Justiça e à População". A instituição ofereceu o **maior preço** equivalente a R\$181,5 milhões para operar os serviços de saneamento em Teresina. Porém, o grupo ficou em segundo lugar na avaliação da Comissão Especial de Licitação.

Segundo informações da empresa, a Comissão usou para o grupo um **critério diferente** do utilizado para avaliar os atestados apresentados pelas empresas concorrentes. Outro ponto criticado pelo Grupo **Águas do Brasil** foi a aceitação do atestado apresentado pela empresa concorrente sobre a cidade de **Santa Carmem**, que não seria **compatível** com o objeto do edital. "O documento apresenta experiência da empresa em uma cidade de 4 mil habitantes - que representa 0,5% da população de Teresina. A lei de licitações exige compatibilidade entre os atestados e o objeto da licitação. O atestado de Santa Carmen, quando muito, demonstraria experiência para cuidar de um condomínio ou de um quarteirão, não de um a grande cidade", disse a empresa em nota.

O relatório, de 27 laudas, está disponibilizado no site do Tribunal de Contas do Estado e foi encaminhado para parecer do **Ministério Público de Contas**.

#### Entenda o caso

No dia 18 de novembro de 2015 foi aprovado pelos vereadores da capital o projeto que prevê a subconcessão do serviço de abastecimento de água da capital. Dos 29 vereadores, apenas cinco parlamentares votaram contrários à proposta. A votação foi acompanhada por servidores da Águas e Esgotos do Piauí S/A, representantes da CUT e do Sindicato dos Urbanitários, que repudiaram a aprovação e protestaram usando apitos.

Depois de vários protestos realizados pelos servidores da empresa e suspensões do processo, em julho de 2016 ocorreu a primeira sessão do processo com a abertura dos envelopes contendo a proposta das licitantes. Quatro empresas manifestaram interesse em gerir o serviço na capital, sendo elas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e uma da Índia. No dia 24 de novembro do ano passado foi divulgado que a Agea Saneamento e Participações S/A foi a vencedora do processo de licitação. Em seguida, o Grupo Águas do Brasil contestou a decisão que dava por vencida a empresa concorrente.

Link: <http://www.45graus.com.br/geral/aguas-do-brasil-pode-ser-a-vencedora-da-licitacao-da-agespisa>

Texto encaminhado à Alepi - 09/02/2017 às 09h08

## Projeto garante reajuste de 7,36% aos cargos efetivos e de confiança do TCE

Tribunal alega que percentual é para repor as perdas inflacionárias do período de 2016





O presidente do Tribunal de Contas do Piauí, Olavo Rebelo, enviou a Assembleia legislativa o Projeto de lei nº 02, de fevereiro de 2017, com a proposta de revisão salarial dos vencimentos dos servidores efetivos e em cargos de confiança, no percentual de 7,36%, para repor as perdas inflacionárias do período de 2016.

Na justificativa, informa que, em abril desse ano será aplicado o percentual de 11,15%, sobre os vencimentos dos servidores do quadro efetivo, conforme lei

nº 6.932, de 29 de dezembro de 2016, que autorizou a revisão dos vencimentos e subsídios dos policiais militares e bombeiros militares, dos servidores públicos efetivos, da Administração Direta do Poder Executivo do Piauí, das autarquias e fundações públicas, devido o aumento da contribuição do servidor de 12 para 13 por cento, para o Fundo de Previdência Estadual.

Os valores pagos pelos servidores do maior Plano Particular Unimed, deste Órgão, foram reajustados em suas mensalidades em mais de 10%, no ano de 2013, e sofreram reajustes em 2014 e de 9,63% em 2016.

Consta, ainda, que os valores cobrados pelo plano de saúde PLANTA, tiveram acréscimos nas contribuições dos servidores para a Previdência Estadual, de 11%, 12% e 13%, em abril de 2017 e de 13% para 14% em 2018.

Calamidade pública - 08/02/2017 às 14h44

## Secretário de Administração do município de Santa Luz fala sobre situação da cidade

 Curtir  Compartilhar  Tweet  G+1  Compartilhar  

**Como ir do estágio à gerência**



**COMSERV PLUS**  
CONTROLE AMBIENTAL DE PRAGAS  
(86) 3221-7957 9 9972-8945

“Somos especialistas em Barreira Química para controle de Cupins”

O Secretário de Administração lata da cidade de Santa Luz recebeu a equipe do **180** e informou como recebeu o município. O secretário informou que o TCE esteve na cidade onde a mesma estava cheia de lixo, sem remédio e com as máquinas quebradas. "A prefeitura não tinha energia bem como as secretarias", disse.

O secretário informou que o salário dos servidores da saúde está atrasado, mas o prefeito já assumiu compromisso de regularizar. Quanto as máquinas e equipamentos, apenas o trator está funcionando, nem a ambulância que foi recebida há pouco mais de três meses escapou dos desgastes

Segundo o secretário, o prefeito já inicia sua gestão dando prioridade à saúde e a cidade já conta com médicos atendendo todos os dias. Uma pediatra também está atendendo as crianças do município.

## Deputados votam aumento para o TCE, MPE, Defensoria e TJ-PI

s órgãos não informaram qual será o impacto financeiro na folha de pagamento .

Autor: Luciano Coelho

Tramita na Assembleia Legislativa o pedido de reajuste salarial para os servidores do Tribunal de Contas, para o Ministério Público e para os funcionários da Defensoria Pública. Os projetos de lei apresentados aos deputados pedem a reposição em média de 7,36% nos salários, tão logo os projetos sejam aprovados nas comissões técnicas e no plenário. Os órgãos não informaram qual será o impacto financeiro na folha de pagamento com a concessão do reajuste e nem o número de servidores beneficiados.



Foto/Reprodução

O Tribunal de Contas enviou à Assembleia o projeto que reajusta em 7,36% os vencimentos de ocupantes de cargos efetivos, em comissão e de funções de confiança. O objetivo é repor perdas salariais referentes ao ano de 2016.

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Olavo Rebelo, autorizou estudos para concessão de reajuste salarial e revisão do auxílio-saúde para todos os servidores. O reajuste corresponde à reposição da inflação nos últimos 12 meses, de 7,36%, mais o percentual concedido pelo Governo do Estado para o funcionalismo público estadual, que varia de acordo com a remuneração do servidor.

O mesmo aconteceu com o Ministério Público do Estado, o procurador Cleandro Moura, já tinha conversado antes com a mesa diretora da Assembleia para aprovação do reajuste para os procuradores, promotores e servidores do MPE. O reajuste no caso seria de 7%.

O mesmo aconteceu com o Ministério Público do Estado, o procurador Cleandro Moura, já tinha conversado antes com a mesa diretora da Assembleia para aprovação do reajuste para os procuradores, promotores e servidores do MPE. O reajuste no caso seria de 7%.

O aumento será estendido aos servidores efetivos, cargos em comissão e funções de confiança do quadro de pessoal do Ministério Público. Segundo o procurador-geral, a proposta visa a recuperação das perdas salariais inflacionárias.

Na Defensoria Pública, o defensor público-geral em exercício, Erisvaldo Marques dos Reis, diz que se trata da reposição salarial de 6,5% que já tinha sido aprovado no Orçamento. "É a recomposição de parte da inflação para compensar o reajuste da previdência. O último aumento foi em 2013", comentou o defensor.

Ele informou que a Defensoria trabalha basicamente com servidores cedidos de outros órgãos, comissionados e prestadores de serviço. O órgão não conseguiu realizar concurso ainda e tem 113 defensores no Estado.

Link: <http://www.capitalteresina.com.br/noticias/politica/deputados-votam-aumento-para-o-tce-mpe-defensoria-e-tj-pi-49274.html>

## Prefeita Alcilene Alves é denunciada ao TCE acusada de nepotismo

Segundo a vereadora, logo após a posse, a prefeita passou a nomear pessoas de sua família para cargos de provimento em comissão, os denominados cargos de confiança.

WANEISSA GOMMES

08/02/2017 @ 15h30 - atualizado @ 15h30

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

A vereadora de Colônia do Gurguéia, Pedrina Almeida de Araújo Rocha, denunciou a prefeita Alcilene Alves de Araújo ao Tribunal de Contas do Estado por nepotismo. A denúncia foi apresentada no dia 30 de janeiro.

Segundo a vereadora, logo após a posse, a prefeita passou a nomear pessoas de sua família para cargos de provimento em comissão, os denominados cargos de confiança. "A nomeação para cargos da administração direta e indireta, contemplando parentes e apadrinhados políticos, permeia as ações da Prefeita na chefia do Poder Executivo Municipal", afirmou a parlamentar.

Para a vereadora, "chega a ser acintosa a maneira de gerir a coisa pública como se fosse uma 'empresa familiar', uma extensão de sua casa, onde possa praticar uma verdadeira farra com os recursos públicos, beneficiando sempre seus familiares", ressaltou.

De acordo com Pedrina, a nomeação da sobrinha da prefeita, Katarina Mikaela Almeida de Araújo, para o Cargo de Secretária Municipal de Saúde e Saneamento é uma clara "troca de favores" em benefício do Primeiro Suplente da Coligação, que elegeu a atual prefeita, José Carlos Gonçalves Teodoro.

## Confira abaixo a relação dos nomeados

Foto: Reprodução/Diário Oficial dos Municípios

### SECRETÁRIOS PARENTES DA PREFEITA

Nome	Cargo	Grau de Parentesco	Número Decreto	Data da Publicação	Página DOE
Edecarlos Delai	Secretário Municipal de Administração e Finanças	Cunhado(Casado com Irmã da Prefeita)	001/2017	03/01/2017	248
Katarina Mikaela Almeida de Araújo	Secretária Municipal de Saúde e Saneamento	Sobrinha(Filha da Irmã da Prefeita)	003/2017	03/01/2017	250
Delsimar de Sousa Almeida	Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento	Cunhado(Casado com Irmã da Prefeita) e Pai da Secretária de Saúde	004/2017	03/01/2017	250
Algenires Maria Alves de Araújo Silva	Presidente da Comissão Permanente de Licitação e Pregoeira Oficial	Irmã da Prefeita	Portarias 001/2017 e 002/2017	09/01/2017	73
Agénitom Alves de Araújo	Secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Irmão da Prefeita	016/2017	11/01/2017	339
Adenilton Alves de Araújo	Secretário Municipal de Transportes	Irmão da Prefeita	022/2017	11/01/2017	340

### DEMAIS SECRETÁRIOS

Nome	Cargo	Indicação Política	Número Decreto	Data da Publicação	Página DOE
Janaina Maria de Sousa Nascimento	Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer	Esposa do Ex-Prefeito Dr. Chiquim	002/2017	03/01/2017	249
Judite Maria da Silva	Secretária Municipal de Assistência Social	2ª Suplente de Vereadora da Coligação	007/2017	03/01/2017	251
José Orlando Gomes de Moura	Secretário Municipal de Obras	Irmão do Comerciante Proprietário do Supermercado Mini Preço	021/2017	11/01/2017	340

Relação dos nomeados pela prefeita Alcilene Alves

## Outro lado

Procurada pelo **GPI** a prefeita Alcilene Alves de Araújo não foi localizada para comentar a denúncia.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/prefeita-alcilene-alves-e-denunciada-ao-tce-acusada-de-nepotismo-408328.html>